
A centralização e padronização da comunicação federal durante o estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul¹

Kaique Cangirana TROVÃO²

Eduardo RITTER³

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS

Resumo

A pesquisa estuda a centralização de pautas da comunicação pública federal durante o estado de calamidade no Rio Grande do Sul e sua padronização na utilização de mecanismos do jornalismo digital. Publicações dos portais institucionais de notícias de cinco ministérios do Governo Federal foram analisadas quantitativamente e qualitativamente para comparação de sua prioridade, eficiência e uso técnico de ferramentas textuais com base na literatura acerca da comunicação pública e do jornalismo digital. A metodologia da análise de conteúdo categoriza, neste estudo, a produção, as pautas das publicações e o padrão de ferramentas utilizadas na comunicação pública digital. O estudo conclui que a centralidade das pautas sobre a calamidade pública não superou a eficiência de outras agendas e que há limitações e divergências com relação ao uso de recursos hipermediáticos.

Palavras-Chave: Comunicação Pública; Jornalismo Digital; Informação; Calamidade; Rio Grande do Sul.

Introdução

O estado do Rio Grande do Sul sofreu, durante o fim de abril e início de maio de 2024, uma catástrofe ambiental causada por eventos climáticos extremos como chuvas e inundações. A situação de calamidade pública foi deferida a municípios do estado em que pessoas vivenciaram a emergência e precisaram, em parte, migrar com o suporte das estruturas estatais e da sociedade civil numa corrente humanitária que buscou o socorro e reestruturação do estado diante da catástrofe climática.

Este estudo analisa o conteúdo das informações publicadas pelos portais de notícias oficiais na internet do Ministério da Fazenda, Ministério da Defesa, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, durante as duas primeiras semanas de calamidade pública no

¹Trabalho apresentado no IJ08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação, da Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Graduando do 6º semestre do curso de Jornalismo na Universidade Federal de Pelotas, e-mail: kaiquecangirana12@gmail.com.

³Orientador do trabalho. Doutor e Professor de Jornalismo na Universidade Federal de Pelotas, e-mail: rittergaucho@gmail.com

Rio Grande do Sul. A observação categorizou itens selecionados de 27 de abril até 10 de maio de 2024, considerando-se os dias úteis de exercício do serviço público (10).

Critérios de acesso à informação pública e ferramentas do jornalismo digital são relacionadas pela seleção de publicações e a categorização a partir das potencialidades e explorações hipermidiáticas de cada ministério no uso de suas atribuições comunicativas. A pesquisa contabiliza elementos, analisa a padronização textual do jornalismo digital e o empenho na produção de informações da comunicação pública relacionadas às ações no Rio Grande do Sul entre os cinco ministérios.

A escolha do objeto se baseia nas frentes de ações essenciais a um estado de calamidade pública reconhecido pelo Governo Federal em 336 municípios.⁴ A ação federal surge a partir do decreto estadual 57.596, que declara o estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul, afetado pelos eventos climáticos extremos.⁵

As datas escolhidas para análise acompanham o primeiro alerta realizado pela Defesa Civil e Governo Estadual do Rio Grande do Sul em 27 de abril de 2024, quando o alerta climático foi emitido em um comunicado conjunto entre as duas instituições. Dentre as principais problemáticas que motivam este estudo estão: A abordagem efetiva da comunicação pública federal sobre a calamidade pública; a contemplação das premissas do jornalismo digital nos conteúdos da *web*; a diversificação e padrão do uso de ferramentas de comunicação verbal e não verbal; a produtividade e a construção da comunidade jornalística em serviço público acerca da calamidade pública no Rio Grande do Sul.

Segundo a Associação Brasileira de Comunicação Pública, o nicho: “Diz respeito ao diálogo, à informação e ao relacionamento cotidiano das instituições públicas com o cidadão” (Medeiros e Chirnev, 2021, p.10). Portanto, a definição converge ao entendimento de que “a Comunicação Pública é aquela voltada para o cidadão” (Duarte, 2007).

O estudo se faz necessário para a demonstração das divergências da comunicação pública digital feita por diferentes pastas e especialistas acerca de um assunto em comum (calamidade pública) na construção textual e temáticas noticiadas. “Ocorre, no entanto, que instituições são formadas por pessoas diferentes que podem ter

⁴ A lista dos municípios foi publicada no Diário Oficial da União em 5 de maio de 2024.

⁵ O decreto foi publicado no Diário Oficial do Rio Grande do Sul em 1º de maio de 2024.

“necessidades de acontecimentos” distintas, se não mesmo contraditórias” (Duarte, 2018, p.127).

Método

A Análise de Conteúdo foi realizada em suas três etapas para concluir este estudo (Bardin, 1977). A pré-análise com a seleção de publicações e de recursos hipermediáticos, viabiliza a formação de indicadores para a elaboração da conclusão sobre a eficiência da comunicação federal digital durante o período. Este processo, segundo Bardin (1977, p.95): “Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise”.

Em um segundo momento, há a exploração das amostras selecionadas com a análise das produções e a categorização de elementos do jornalismo digital, centralidade das pautas, da produtividade, dos assuntos sobre a calamidade pública, uso de recursos visuais, recorrência da contribuição de fontes e a utilização de recursos hipermediáticos dos objetos de pesquisa durante o período de análise. Martino (2018) considera as *categorias*⁶ o cerne da interpretação de mensagens a partir da análise de conteúdo. Por fim, a discussão dos resultados acerca do material categorizado infere para a conclusão sobre a pesquisa a partir de “operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise factorial)” (Bardin, 1977, p.101).

Há ainda, a análise de aspectos extraordinários como a diferença entre as publicações de cada ministério, a priorização de informações, diversificação de marcações sobre o Rio Grande do Sul (RS) e a presença de outras instâncias de poder e instituições nas publicações oficiais de notícias dos ministérios selecionados. Todas as categorias foram transformadas em gráficos anexados neste artigo. As amostras dos objetos de pesquisa foram extraídas dos portais de cada ministério incluídos no domínio “www.gov.br” do Governo Federal.

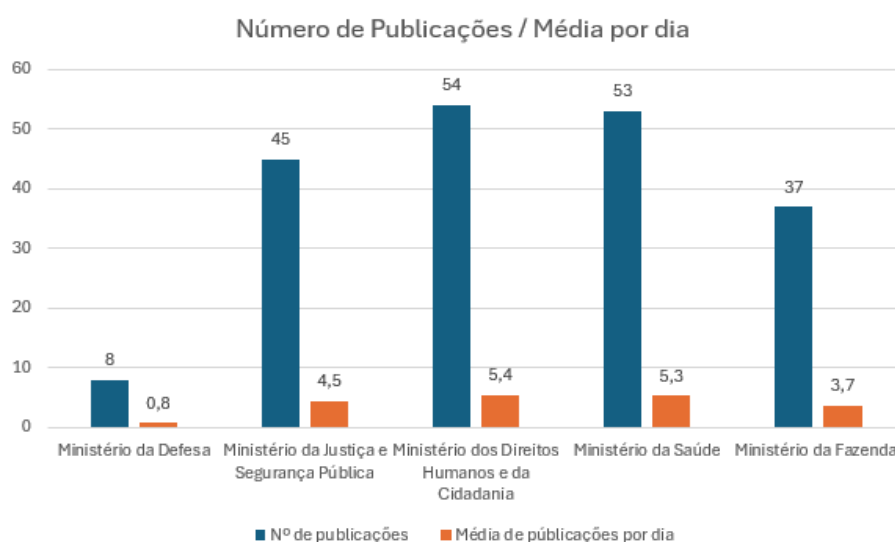
Resultados e discussão

As 197 publicações dos cinco ministérios selecionados para o estudo foram categorizadas, primeiramente, pela produtividade e a média diária de publicações por

⁶ “Categorias” são as divisões usadas em uma pesquisa para compreender o conteúdo (Martino, 2018).

pasta. A Associação Brasileira de Comunicação Pública entende que o cidadão precisa exigir a transparência, sem omissão ou distorção de fatos de interesse público; o acesso que deve ser garantido com disponibilidade e simplicidade para facilitar o entendimento da população; a interação a partir das ferramentas de participação social e relacionamento e a ouvidoria social para o reconhecimento da sociedade, suas demandas e necessidades (Medeiros e Chirnev, 2021, p.28,29).

Gráfico 1



Fonte: o autor, 2024.

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (54) tem o maior número de publicações seguido pelos Ministérios da Saúde (53), Ministério da Fazenda (37), Ministério da Justiça e Segurança Pública (45) e Ministério da Defesa (8). A média registrada no gráfico foi calculada com base nos 10 dias de trabalho semanal previsto na carga horária limite de 40 (quarenta) horas semanais, dos servidores públicos (Lei nº 8.112, 1990), ou seja, dias úteis de atividade profissional dos trabalhadores responsáveis pelas publicações entre 27 de abril e 10 de maio de 2024, embora algumas notícias tenham sido publicadas entre sábado e domingo. Apenas o Ministério da Defesa tem média inferior a uma publicação por dia (0,8).

As capacidades de pessoal e orçamentária são pontos consideráveis no desempenho da comunicação ministerial. A função dos ministérios ligados ao Governo

Federal interfere diretamente em sua atividade comunicacional, na informação da sociedade acerca das ações realizadas pela pasta:

A comunicação do governo pode ser vista como política pública, fundamental e necessária, já que o Estado é responsável pela administração e desenvolvimento de uma série de serviços públicos. Daí os ministérios de atendimento eminentemente social, como os da Saúde e da Educação, terem gordos orçamentos e amplas estruturas de comunicação. Esses órgãos precisam executar suas ações finalísticas e torná-las públicas [...] (Duarte, 2018, p.212).

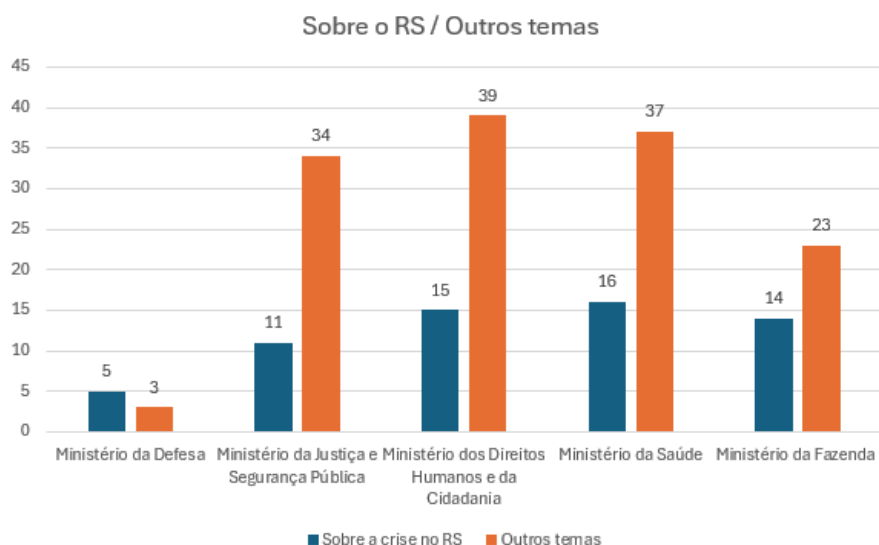
A comunicação de crises surge com a informação das ações realizadas para amenizar os impactos, esclarecer a *stakeholders*⁷ e a opinião pública acerca da situação da organização e o problema que consolida a crise:

Em resumo, nas situações graves de crise, principalmente em temas polêmicos e de grande repercussão, quem deve assumir o comando da dinâmica das informações não é a mídia, mas a empresa ou o governo; se a mídia toma a iniciativa, será mais difícil administrar a crise (Duarte, 2018, p.416).

A partir da premissa da ação do governo diante da situação de calamidade e a noticiabilidade “como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico” (Traquina, 2020, p.47), a segunda categorização seleciona e divide as pautas entre temas gerais (referentes a agenda do ministério) e pautas ligadas à calamidade pública no Rio Grande do Sul.

Gráfico 2

⁷ “Partes interessadas” na tradução para o português. O conceito foi introduzido pelo filósofo e professor de administração de empresas, Robert Edward Freeman. “ Como descrito originalmente em Freeman (1984), a teoria das partes interessadas estava preocupada com o problema da criação de valor e do comércio” (Freeman et al., 2010, p.4).



Fonte: o autor, 2024.

Mesmo na condição de menor média de publicações nas duas semanas, o Ministério da Defesa foi o único em que as publicações sobre o Rio Grande do Sul (5) foram superiores a publicações sobre outros temas (3) tratados pela comunicação da pasta. Durante os quatorze dias analisados, o Ministério da Saúde registrou o maior número de conteúdos voltados à crise climática no Rio Grande do Sul (16), seguido pelos Ministérios dos Direitos Humanos e da Cidadania (15), da Fazenda (14), da Justiça e Segurança Pública (11) e da Defesa (5).

Ramifica-se, nesta categoria, as primeiras publicações sobre a calamidade entre os portais de notícias dos ministérios e a centralidade de pautas relacionadas a outras agendas. Dentre os primeiros conteúdos sobre o Rio Grande do Sul, classificam-se por ministério e cronologicamente, as publicações:

Defesa: “Forças Armadas mobilizam 626 militares no apoio às vítimas das enchentes em 19 municípios no Rio Grande do Sul” (01/05/2024).

Saúde: “Ministério da Saúde envia equipes, medicamentos e insumos para o Rio Grande do Sul” em (02/05/2024).

Justiça e Segurança: “Lewandowski autoriza envio de 100 agentes da Força Nacional para o Rio Grande do Sul” (03/05/2024).

Direitos Humanos: “Direitos Humanos mobiliza Ouvidoria e órgãos locais para acolher vítimas de enchentes no Rio Grande do Sul” (04/05/2024).

Fazenda: “Receita Federal e Correios firmam parceria para ajudar vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul” (06/05/2024).

O Ministério da Defesa, primeiro a noticiar sobre a calamidade, comunica sobre suas operações regularmente, como no caso de notícias vinculadas à Operação “Catrimani II” (voltada neutralização da infraestrutura utilizada no garimpo ilegal) e a operação “Taquari II” que é citada como uma ação militar imediata de capacidade operacional para a situação emergencial de calamidade pública no Rio Grande do Sul.

Um diferencial nas publicações do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania se dá pela existência de canais de comunicação e acesso da imprensa ao fim de todas as postagens do portal oficial. Os textos “Para dúvidas e mais informações:”, “Atendimento exclusivo à imprensa” e “Assessoria de Comunicação Social do MDHC” são seguidos por informações de contato e atendimento à imprensa interessada nas temáticas abordadas pelo ministério em suas publicações. Considerando o atendimento de organizações a jornais, a busca por relacionamento com a imprensa expressa a necessidade de manter sob controle, o direcionamento dos assuntos noticiados acerca da instituição (Duarte, 2018).

Conscientes da importância do acesso à mídia e do poder que tem nela, as instituições trabalham para serem “lembradas pela imprensa”, para ampliarem sua presença nos veículos e, mais do que isso, para serem reconhecidos como referências. Para atingir esses objetivos, produzem textos informativos para divulgação jornalística [...] (Duarte, 2018, p.122).

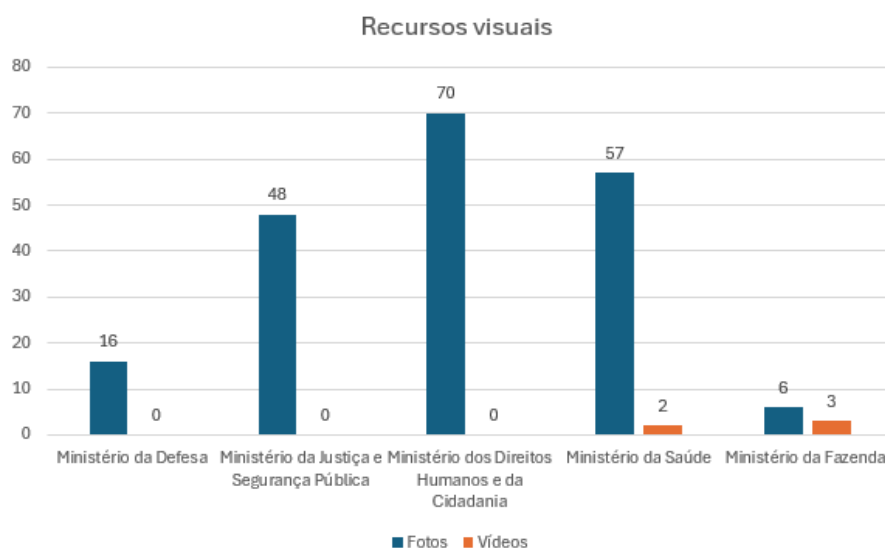
O Ministério da Saúde frequentemente reporta suas campanhas contra enfermidades enfrentadas pela administração da pasta. Tratativas para a imunização e prevenção a doenças são frequentemente noticiadas. Dengue, HPV, Zika, Chikungunya, Covid, Influenza e Febre Amarela são algumas das principais pautas que são comunicadas com ações do ministério. O Ministério da Fazenda também divulga suas ações com informações sobre o Tesouro Nacional, a Reforma Tributária, impostos, participação em eventos, políticas econômicas e outros.

Na terceira categoria, as amostras de conteúdo audiovisual são selecionadas com base no princípio de hipermídia do jornalismo digital (Ferrari, 2014). Logo, a composição de informação criada por meio de computadores, não se limitam e buscam a completude por meio dos recurso gráficos disponíveis:

Se os fornecedores de conteúdo são os mesmos, como criar a fidelidade do internauta? Não tenho a menor dúvida de que é pela informação bem trabalhada, explorando ao máximo os recursos de hipermídia. Não existe segredo: o leitor percebe quando encontra uma página completa ou outra “rasa” (Ferrari, 2014, p.700).

A partir da seleção e categorização de todos os recursos ilustrativos analisados neste estudo, analisa-se a presença e variação de recursos visuais disponíveis em conteúdos.

Gráfico 3



Fonte: o autor, 2024.

Os recursos visuais predominantes nas publicações de todos os ministérios se limitam a fotos e vídeos, imagens correspondentes a criação gráfica, fotografias e gravações. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania se destaca com 70 imagens, o que representa uma utilização 30% superior ao número de suas publicações. Vale ressaltar que entre todas as publicações analisadas (197), parte carece de imagens como é possível observar no Ministério da Fazenda. O Ministério da Saúde obteve uma

média de 1,11 imagens por publicação, número semelhante à maioria das pastas observadas que variam entre 0,24 e 2. Dois *links* para vídeos no canal oficial do *YouTube* do ministério também foram registrados, diferencial que possui junto ao Ministério da Fazenda.

Por mais que possua o menor número de utilização de recursos visuais, o Ministério da Fazenda possui a maior variação desses recursos em seu portal de notícias. A comunicação pública da pasta oferece imagens, álbum de imagens vinculado a plataforma *Flickr* e *links* de 3 vídeos, dois no “CanalGov” e um no canal “Tesouro Nacional”, ambos no *YouTube*.

A Fazenda conta com a menor média de imagens por publicação (0,24). Os cálculos para a média desconsideram as imagens provenientes de álbuns utilizados três vezes pelo ministério, contabilizando apenas uma imagem para cada uso desta ferramenta. O objetivo é não comprometer as amostras de 37 matérias em que 31 não possuíam qualquer imagem, por isso, a concentração de vídeos, fotografias e álbuns digitais se deu em apenas 6 publicações no portal da Fazenda durante o período. Considera-se os resultados com maior ausência de imagens, ineficientes no propósito ilustrativo e multimidiático do jornalismo digital.

No contexto da Blogosfera, de um modo geral, a fotografia cumpriu inicialmente um papel predominantemente ilustrativo, geralmente através do recurso à clipagem ou indexação de URL de imagens já existentes na Web. Sua função era “ilustrar” e tornar mais atraentes as postagens (Barbosa et al.,2007, p.67)

As notícias do Ministério da Defesa tem uma boa média de duas imagens por publicação. O Ministério da Justiça e Segurança Pública também se limita às fotografias, ao todo 48 imagens foram publicadas no período analisado. A média de uma imagem por publicação se mantém, com exceção de 3 matérias que utilizaram duas imagens. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania também se limita a fotografias e obteve uma média de 1,29 imagens por publicação. As médias suficientes para pelo menos uma ilustração por notícia, representam o compromisso do jornalista e da comunicação institucional a compreensão do cidadão acerca dos fatos, por isso, o uso de imagens representa êxito em tornar pública a informação nas instituições. “A

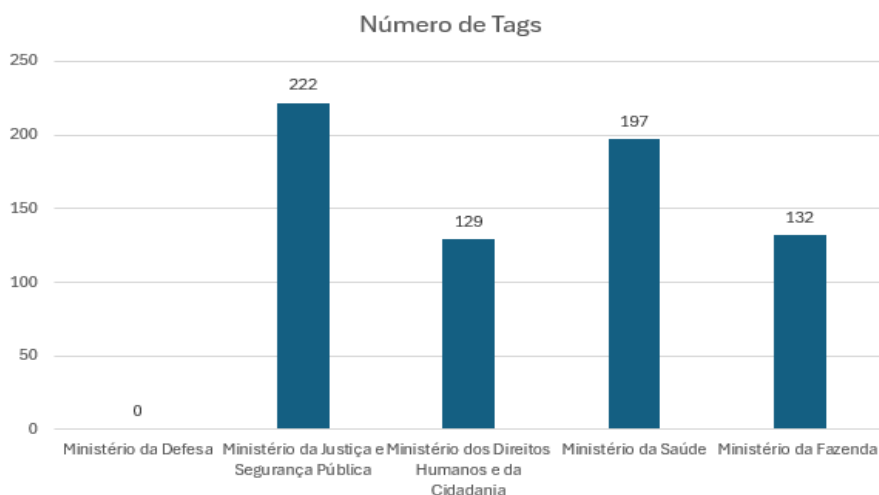
fotografia se incorpora definitivamente ao cotidiano dos cidadãos comuns [...]”(Barbosa et al., 2007, p.66).

A *tag* (Marcação) é ferramenta importante para classificar o conteúdo digital e posicionar as publicações em buscas na *web*. O uso dessa ferramenta é comum em estratégias de *Search Engine Optimization* (SEO) e publicações de redes sociais. Enge, Spencer, Fishkin e Stricchiola explicam a partir das ferramentas disponíveis na *web* e a função destas que: “[...] os pesquisadores da *Web* são livres para usar qualquer um dos muitos mecanismos de pesquisa disponíveis na *Web* para encontrar o que procuram[...]”(Enge et al., 2009, p. 2).

Compreendendo a *tag* como ferramenta digital de textos em sítios eletrônicos, a quarta categoria avalia a quantidade de *tags* utilizadas por cada ministério durante o período de observação. O uso de *tags* sobre o Rio Grande do Sul indica, estrategicamente, a busca por acessos àqueles conteúdos sobre a calamidade pública.

As amostragens estão expostas graficamente e contam com o destaque ao Ministério da Fazenda que obteve, especificamente, o maior uso (50) e diversificação de *tags* sobre o Rio Grande do Sul. A seguir, o gráfico de *tags* no geral:

Gráfico 4



Fonte: o autor, 2024.

A *tag* “Rio Grande do Sul” aparece quatro vezes nas publicações do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e quatorze vezes nos conteúdos do Ministério da Saúde. No maior total de *tags* entre os ministérios (222), o Ministério da Justiça e Segurança Pública conta com 20 *tags* que relacionavam-se ao Rio Grande do Sul, com destaque para: Rio Grande do Sul (11), RS (4), Enchentes (4) e Calamidade Pública (1). O Ministério da Fazenda se destaca com o maior uso e maior variação de *tags* sobre o Rio Grande do Sul (RS) durante o período. São 50 *tags* em 12 variações.

Vale ressaltar que além das *tags*, todos os ministérios publicam em “categorias” exibidas no fim de cada texto publicado nos portais de notícias oficiais. O Ministério da Defesa não utilizou qualquer *tag* em suas publicações que isolam-se na categoria “Forças Armadas e Defesa Civil”. O Ministério da Fazenda usa a categoria “Finanças, Impostos e Gestão Pública”, O Ministério da Justiça e Segurança Pública utiliza apenas a categoria “Justiça e Segurança” e a categoria “Saúde e Vigilância Sanitária”, aparece em todas as publicações do Ministério da Saúde no período.

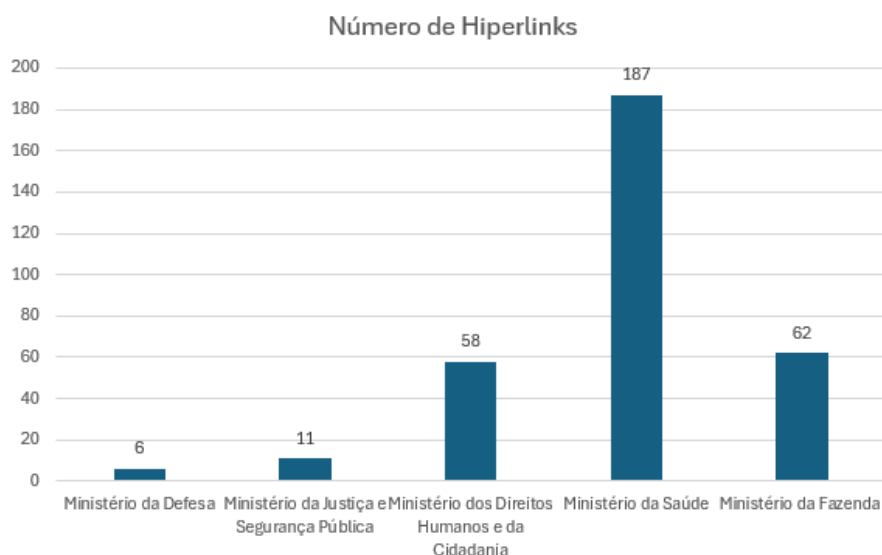
Em relação à diversificação de categorias dos temas pautados, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania possui a maior variação com as categorias: “Assistência Social” em 4 publicações, “Educação e Pesquisa” em 3 e “Meio Ambiente e Clima” em uma publicação. Em comparação aos ministérios estudados, esta variação é exclusiva à pasta durante o período analisado.

Ferrari (2014, p.1608) define o *hiperlink* como elemento do hipertexto, um formato de transmissão característico ao conteúdo digital: “[...]um *hyperlink* oferece um método de passar de um ponto do documento para outro ponto no mesmo documento ou em outro documento”. A observação de *hiperlinks* neste estudo, levanta informações acerca da eficiência e variação de mídia nas publicações dos ministérios. Portanto, diferenciais como conteúdos audiovisuais em *hiperlinks* foram destacados, como observado anteriormente em dois ministérios.

A categoria *Hiperlink* avalia outro potencial hipermediático dos conteúdos publicados na *web* no direcionamento da leitura do público que acessa as informações dos ministérios por meio de sítios eletrônicos. Para a categorização, foi considerado apenas os *hiperlinks* presentes no texto, desconsiderando os *links* presentes em *tags*,

publicidade, marcação de redes sociais (ícones presentes na página) e demais informações que não incorporam o conteúdo publicado.

Gráfico 5



Fonte: o autor, 2024.

O Ministério da Saúde é o que mais usa *hiperlinks* no período analisado (187), o triplo do que usa o segundo no quesito, o Ministério da Fazenda (62). Em seguida, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (58), o Ministério da Justiça e Segurança Pública (11) e o Ministério da Defesa (6).

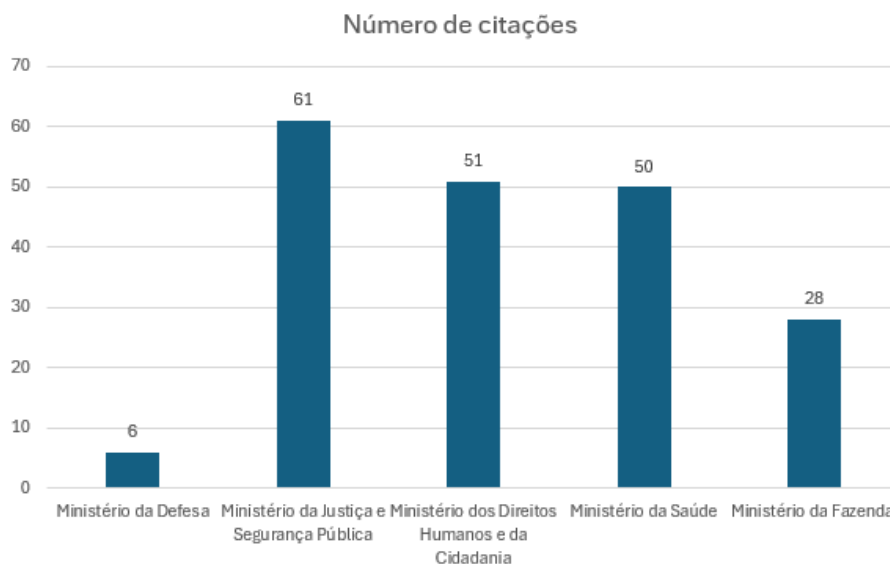
Os dois vídeos registados nas publicações do Ministério da Saúde pertenciam ao canal do próprio ministério e são parte do montante de *hiperlinks* do líder desta ferramenta característica do jornalismo digital ou *webjornalismo*. A busca por um conceito de produção hipermediática e uma leitura não linear é caracterizada em:

Os repórteres de mídias impressas, por exemplo, privilegiam a informação; os de TV buscam cenas emocionantes, sons e imagens para serem transmitidos junto com o texto da notícia. Já os jornalistas on-line precisam sempre pensar em elementos diferentes e em como eles podem ser complementados. Isto é, procurar palavras para certas imagens, recursos de áudio e vídeo para frases, dados que poderão virar recursos e assim por diante (Ferrari, 2014, p.714).

Por fim, avalia-se as citações diretas de fontes oficiais nas publicações de cada ministério. Citações de fontes repetidas foram contabilizadas, com exceção dos casos em que uma fonte contribui mais de uma vez na mesma matéria. Neste caso, apenas uma participação foi contabilizada para a amostragem desta categoria. Não exclusivamente ao jornalismo impresso, a contribuição de fontes pode gerar manchetes e representar um valor-notícia de construção pela relevância das fontes. Entende-se por valor-notícia de construção a “seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia” (Traquina, 2020, p.69).

Este processo é, estruturalmente, parecido entre matérias escritas. O texto on-line assemelha-se mais ao impresso do que a qualquer outra forma de transmissão de informações: “O texto on-line deve estar numa linha entre o jornalismo impresso e o eletrônico. É mais conciso e multimídia do que o texto impresso, porém mais literal e detalhado do que o de TV, por exemplo” (Ferrari, 2014, p.728).

Gráfico 6



Fonte: o autor, 2024.

Foi observado que nem todas as publicações possuíam uma citação, a exemplo do comunicado emitido pelo Ministério da Defesa sobre o Dia da Vitória (08/05/2024), assinado pelo Ministro José Múcio. Apenas o Ministério da Justiça e Segurança Pública

tem mais contribuições de citações diretas por publicação (61) do que seu número total de conteúdos publicados (45).

Considerações finais

Em um primeiro momento, a pesquisa conclui que as publicações valorizaram as diversas agendas das pastas além das ações estatais no Rio Grande do Sul, que também se mostraram presentes em grande parte dos ministérios em pelo menos uma publicação por dia nos portais institucionais, logo, considera-se que a medida em que a crise acontecia, atualizações eram publicadas sem que a grade de pautas fosse abruptamente modificada.

Em um segundo momento, percebe-se que através do estudo foi possível observar a falta de padronização para publicações que ainda assim, exercem seu papel na transparência e acesso à informação. Portanto, considera-se que os ministérios não tenham um modelo ou meta ideal na construção hipermidiática e não compartilham da mesma demanda por divulgação de informações ao acesso público, uma vez que a média de informações e reprodução de imagens tem alta variação entre os ministérios comparados.

É possível constatar que a comunicação pública federal ainda não esgota as possibilidades de produção jornalística digital na publicação de informações nos ministérios avaliados. Por isso, avalia-se que para complementar a interpretação global dos jornalistas acerca dos fatos e da noticiabilidade, é necessário definir metas de produção jornalística digital antes de certificar um padrão na comunicação pública federal.

É importante salientar que as observações e destaques realizados pelo autor, são um recorte de um período de grande exigência informacional e necessidade de divulgação das medidas políticas tomadas no processo. Por isso, complementa-se o sentido multidisciplinar deste material que corrobora sua intenção de instigar o questionamento sobre os processos produtivos e estruturais das notícias em meio a necessidade extra do acesso à informação pública no Brasil.

Com base em princípios acadêmicos, o estudo se faz útil e disponível a desenvolvimentos futuros que abordem a comunicação em instituições públicas, as

notícias em meio a crises e a produção jornalística nos diversos acessos públicos de informação digital.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

MARTINO, L. M. S. **Métodos de pesquisa em Comunicação: projetos, ideias, práticas**. Petrópolis: Vozes, 2018.

DUARTE, J. **A Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007.

FERRARI, P. **Jornalismo Digital**. São Paulo: Contexto, 2014. E-book.

BARBOSA, S. et al. **Jornalismo Digital de Terceira Geração**. Covilhã: LabCom, 2007.

ENGE, E. et al. **A arte do SEO: dominando a otimização de mecanismos de pesquisa (teoria na prática)**. Newton, Massachusetts: O'Reilly Media, 2009.

DUARTE, J. (org). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2018.

FREEMAN, R. E. et al. **Teoria das partes interessadas: o estado da arte**. New York: Cambridge, 2010.

TRAQUINA, N. **A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. 1. ed. Florianópolis, SC: Insular Livros, 2020. E-Book.

MEDEIROS, A.; CHIRNEV, L. **Guia de Comunicação Pública**. Brasília: Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm. Acesso em: 03 maio. 2024.